

## **A educação é demasiado importante para ser deixada ao Ministro da Educação!**

*José Ferreira Gomes  
Universidade do Porto  
03.Maio.05  
Publicado no Público em  
04.Jun.05*

Em plena campanha eleitoral, surgiu no Reino Unido a intriga: Tony Blair terá inveja do protagonismo e do sucesso de Gordon Brown nas políticas educativas. O Primeiro-ministro achará que a intensa intervenção do seu substituto e Ministro das Finanças em matérias de educação ofuscará a sua própria direcção política; poderá estar a pensar na reorganização do Governo no sentido de trazer essas matérias para mais perto de si. Impensável em Portugal! Todos sabemos que o desenho do modelo de educação e da formação são coutada dos ministros da especialidade que poderão quando muito pedir o apoio do Primeiro-ministro quando o tema se torne mais controverso. Mas, o Ministro das Finanças?

A realidade é que os britânicos acham que a educação e a formação não são apenas matérias técnicas a deixar aos respectivos especialistas. O desenvolvimento social e económico da sociedade depende dessas políticas num grau tal que a sua supervisão oscila entre o Primeiro-ministro e o Vice-primeiro-ministro que é também Ministro das Finanças. Todos os estudos que o Governo tem publicado, e são muitos, têm a assinatura de Gordon Brown. Todas as grandes decisões políticas têm também a sua assinatura. Isto não diminui o papel do Ministro da Educação, apenas mostra a enorme importância do seu pelouro. Quando se passa à execução das políticas e à repartição dos orçamentos nenhum ministro quer ficar com as honrarias de tais decisões. Órgãos independentes fazem a aplicação das políticas superiormente definidas e decidem sobre que universidade deve ter o seu orçamento aumentado e qual será eventualmente sacrificada.

Tal como o Ministro da Economia é de algum modo o advogado dos empresários no Governo, também o Ministro da Educação terá de ser o advogado dos parceiros educativos, sejam eles os alunos, os professores ou as instituições. As grandes políticas têm de ser definidas a um nível superior. Isto, se o Governo tiver como objectivo o progresso social e o bem comum. Mas isso é difícil e nem sempre compensador (politicamente) no curto prazo. Pode ser mais popular gerir os pequenos conflitos de interesses e navegar à vista até às próximas eleições. Para o ensino básico e secundário, a regra de ouro na nossa educação tem sido perguntar ao líder sindical politicamente mais próximo ou mais reivindicativo qual é o melhor caminho. Assim têm sobrevivido os nossos ministros por alguns meses e tem sido construída a nossa rota educativa. Depois, lá caem um pouco mais nas sondagens e vem o senhor que se segue. No superior a escolha está entre satisfazer reitores e presidentes ou autarcas e chefes regionais. Não tendo o País grandes desafios educativos, as difíceis escolhas estão em como melhor usar o Ensino Superior para o desenvolvimento regional imediato ou como satisfazer os “superiores” desejos de alguma instituição mais próxima do poder. Parece fácil mas não é. Não tem sido!

Agora corre na Europa a moda do chamado Processo de Bolonha. A Bielo-Rússia ainda resiste mas até Moscovo já se vergou. E nós? Bastante discussão, e cinco ministros depois temos uma proposta de alteração da lei de bases. Estamos lá! O que vamos conseguir? Nada foi dito, mas vamos ter licenciados de ontem que acordam

mestres e teremos bacharéis que acordam doutores. Nada mau como receita de sobrevivência. Ninguém se queixará. Os impactos no financiamento não são ainda claros mas as fábricas de engenheiros não serão tocadas e há sempre a esperança de que a perda de alunos nos politécnicos possa ser compensada por um anito mais na formação do primeiro ciclo que assim ganhará a justificação plena de identificação com o grau universitário. Se a Assembleia da República for célere, poderemos ter tudo feito em Outubro! Teremos esperado seis anos desde a reunião de Bolonha, mas valeu a pena e os nossos representantes em Bergen poderão dentro de semanas anunciar que Portugal não se atrasa do comboio da Europa. Vai recuperar o aparente atraso à *Grande Vitesse*. Será que esta reforma nos serve? Do ponto de vista da gestão dos pequenos conflitos, é ótima: Tudo muda e tudo fica na mesma.

Que se fez por essa Europa nos últimos seis anos? Há de tudo. Muitos exemplos bons. Mas também algumas decisões surpreendentes. A maioria dos governos aproveitou Bolonha como alavanca para as reformas que as grandes transformações sociais das últimas décadas exigiam. A França esteve na origem de todo este processo e está a completar uma profunda reforma das suas universidades que estavam ainda moldadas à reforma de 1968. Mais opções para os estudantes, maior transparência do sistema. Na Alemanha o poder está mais distribuído e a reforma foi mais lenta e prudente, mas continuam os esforços para se aproximar do novo sistema francês e induzir os jovens a entrar na vida activa mais cedo. A Holanda tem sido o grande laboratório de reformas do ensino superior e abandonou o nosso modelo de governo e de liberdade de criação de cursos já nos anos oitenta. No Reino Unido, embora a participação no processo de Bolonha seja apenas nominal, os sucessivos governos têm tido uma atitude muito interventiva e, apesar das fortes controvérsias, mantêm um dos sistemas mais dinâmicos do mundo.

Poderemos sobreviver mantendo os nossos hábitos? O Banco de Portugal anuncia-nos regularmente que estamos a perder competitividade e que a situação não é sustentável a médio prazo. Algumas injeções de optimismo fazem-nos esquecer esta realidade mas ela vem ter connosco logo de seguida. No Ensino Superior temos condições para consolidar o enorme esforço dos últimos quarenta anos. Mas também podemos escolher a estagnação e esperar que uma qualquer avaliação internacional venha daqui a uns anos pôr a nu uma realidade que levará os nossos melhores jovens a uma emigração temporã. Apesar de médias ainda baixas, temos já uma taxa de participação no Ensino Superior próxima da dos nossos vizinhos. Teremos de decidir o que fazer desses jovens: queremos educá-los para posições de liderança na Europa e no mundo ou vamos contentar-nos em dar-lhes um canudo cujo câmbio poderá vir a ser difícil?